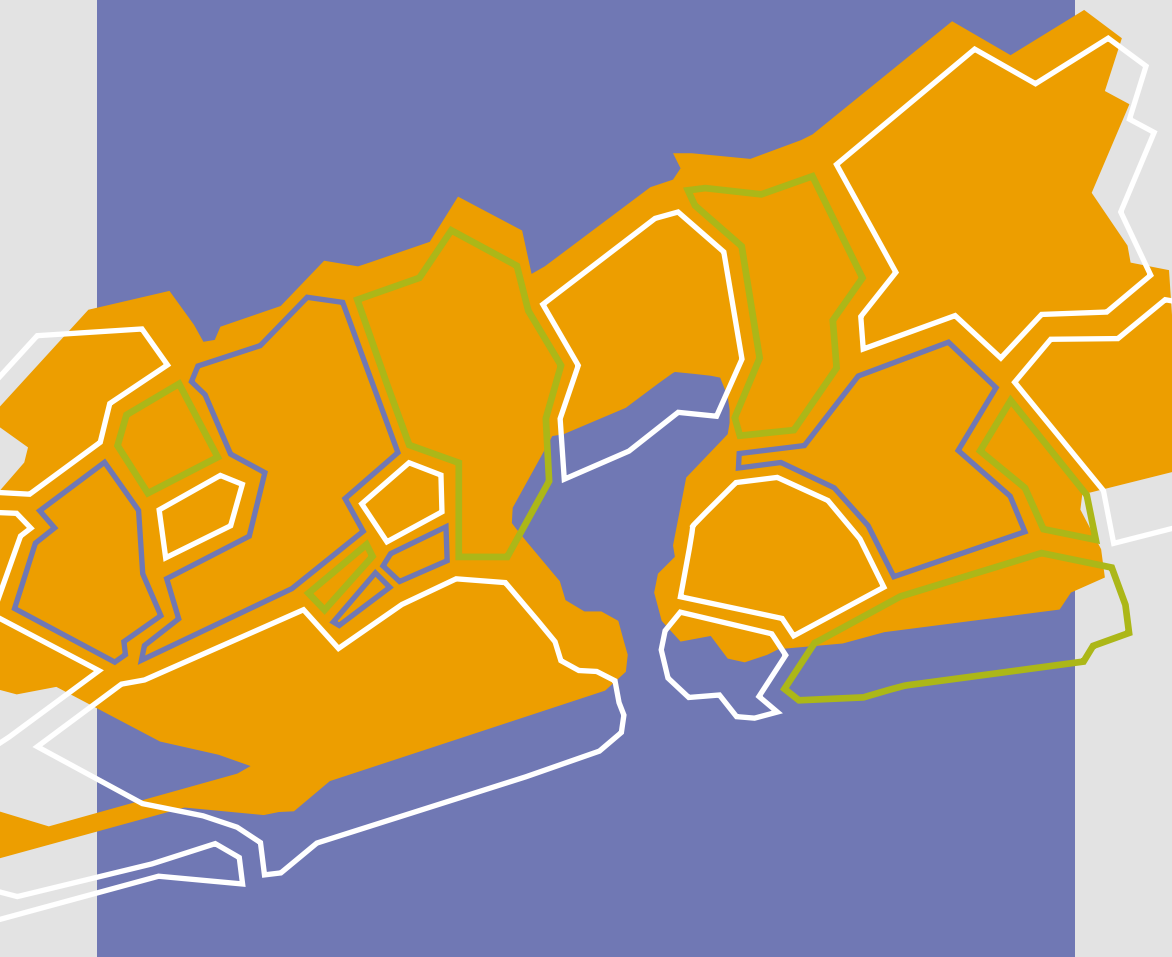


AGENDA RIO

2030



Versão 2018 • Movimento Rio por Inteiro

VISÃO 05

**DIAGRAMA
SÍNTESE 08**

PROPOSTAS 10

SUMÁRIO

METAS 44

MAPA 46

PARCEIROS 48



PEGA A VISÃO

A Agenda Rio reúne uma visão e um conjunto de **propostas de políticas públicas** elaborados pela Casa Fluminense, em parceria com uma rede de **organizações da sociedade civil e de pessoas** dispostas a encarar os desafios estruturais da metrópole.

Suas **prioridades** são a ampliação da **cidadania** e o aprimoramento da **democracia**, a redução das **desigualdades** e a expansão das **oportunidades**, o desenvolvimento **sustentável e a convivência** harmoniosa na Região Metropolitana do Rio.

Seja em Japeri ou em São Gonçalo, da Baixada Fluminense ao Leste, na Zona Norte e Zona Oeste, imaginar um Rio por Inteiro para nós é construir coletivamente, com a diversidade temática desses territórios, uma **agenda objetiva e comum**.

A versão 2018 da Agenda Rio passa a ter o ano de **2030** como horizonte de planejamento e implementação. Vamos acompanhar de forma crítica, na escala local, os **ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, das Nações Unidas.

Serão **12 anos** de **resistência** e de **inovação**. Para tanto, a cada ano de eleições (livres e diretas) a **Agenda Rio 2030** será atualizada, revisando as propostas da rede. O trabalho de monitoramento vem na sequência, em movimento.

As possibilidades de uso para este material são diversas, vão desde influenciar as **promessas de campanha** e os **programas de governo**, de forma suprapartidária, até incidir nos **Planos Estratégicos** e nos **Planos Plurianuais** dos mandatos eleitos.

A ideia geral é **promover na sociedade civil fluminense as culturas de participação e de monitoramento das políticas públicas**. Os efeitos serão avaliados a partir do impacto das ações em territórios e sujeitos concretos, no curso do Fórum Rio e nas campanhas de mobilização.

Dessa forma, expandir no **tempo e no espaço** o esforço de co-criar **conteúdo**, diagnosticando e propondo, continua sendo a **forma** adotada pela Casa e seus parceiros para lutar pela equidade nas políticas públicas fluminenses.

Assim como a Agenda 2030, dos países-membros da ONU, a **Agenda Rio 2030**, dos parceiros da Casa Fluminense, também se pretende holística, mas com foco em temas prioritários para a rede, com o acúmulo dos 5 anos de sua existência.

O **ODS 11: “cidades e comunidades sustentáveis”** por sua amplitude, é transversal à grande parte das entidades parceiras, pela convergência das bandeiras que ele traz e pelas experiências mapeadas por nós até aqui. Vamos nos concentrar nelas.

Teremos como alvo uma “metrópole sustentável”, que deve incluir os subúrbios, as favelas e as periferias do Rio de Janeiro, áreas de potências subaproveitadas, reflexo das desigualdades mórbidas que ceifam vidas diariamente.

Neste sentido, na camada mais subalternizada dessa segregação estão jovens, mulheres, negras, LGBTQI+, ativistas. **Vozes** que são caladas e **sonhos** que são apagados, no silêncio e na invisibilidade desses lugares de fala. Vamos trabalhar por eles, com eles.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com seus 21 municípios e 12 milhões de habitantes, as mulheres são **52,6%** e a população preta e parda, **53,2%**, segundo dados do último Censo do IBGE, de 2010. Essas **maiorias** foram, por muito tempo, cerceadas das relações sociais e econômicas, sem direito à participação política.

Nossos Mapas e Infográficos da Desigualdade mostram que essa vulnerabilidade se mantém e se reflete na geografia do Rio. Os indicadores, de várias áreas e fontes, ajudam a formar a **linha de base** para as ban-

deiras levantadas adiante. Também presente no portal casafluminense.org, a biblioteca virtual guarda as referências bibliográficas utilizadas nos 8 eixos temáticos da Agenda.

São eles: 1) Política Metropolitana; 2) Emprego e Renda; 3) Mobilidade Urbana; 4) Segurança Pública e Direito à Vida; 5) Saneamento Básico e Baía de Guanabara; 6) Acesso à Saúde, Educação e Cultura; 7) Cidade para Conviver e 8) Gestão Pública, Transparência e Participação.

Nesta edição, a partir desses temas, apresentaremos, além da introdução: a) um diagrama-síntese das propostas; b) cenários, contextos e conteúdos das mesmas; c) um quadro de metas com alguns indicadores atuais e um horizonte para 2030, referentes a cada tema; d) um mapeamento de territórios-chave.

Essas quatro ferramentas nos ajudarão a esquematizar, parametrizar e territorializar o debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento da metrópole do Rio, facilitando o monitoramento das propostas feitas.

Contudo, a chave para o encaminhamento dos pleitos está na capacidade da organização e mobilização dos territórios, propósito da Campanha Rio por Inteiro. A versão 2018 da Agenda Rio 2030 é a porta de entrada dessa construção coletiva e permanente.

Sinta-se em Casa.

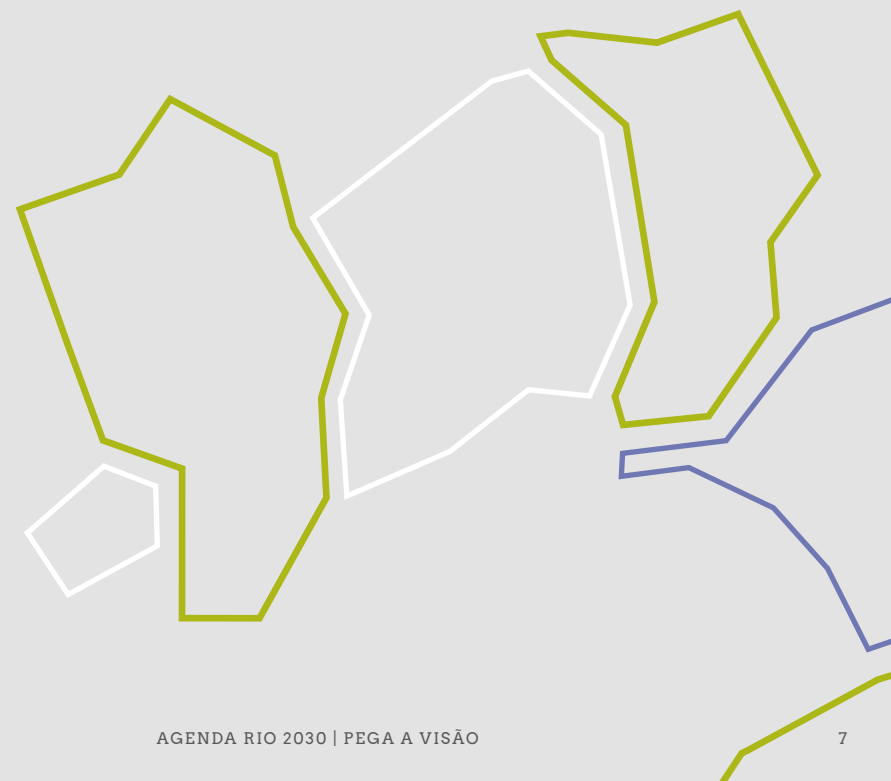


DIAGRAMA - SÍNTESE

RESUMO DAS PROPOSTAS DA AGENDA RIO 2030, POR EIXO TEMÁTICO

1. POLÍTICA METROPOLITANA

1.1 Aprovar a governança metropolitana na ALERJ

1.2 Fortalecer o planejamento municipal e metropolitano

1.3 Desenvolver política habitacional de interesse social

1.4 Retomar e universalizar políticas de urbanização de favelas e regularização fundiária

1.5 Estimular o desenvolvimento urbano nas centralidades metropolitanas

2. EMPREGO E RENDA

2.1 Promover o adensamento produtivo nas periferias da região metropolitana

2.2 Fomentar o empreendedorismo e apoiar as micro e pequenas empresas

2.3 Estimular políticas de primeiro emprego e programas de aprendizagem

2.4 Fortalecer a economia da cultura, do conhecimento e da inovação

2.5 Incentivar a economia de baixo carbono e a agricultura familiar

3. MOBILIDADE URBANA

3.1 Licitar o bilhete único e tornar as tarifas transparentes

3.2 Conferir aos trens metropolitanos a qualidade de serviço do metrô

3.3 Priorizar os transportes ativos frente aos individuais motorizados

3.4 Expandir a rede de transportes de média e alta capacidade

3.5 Estruturar Sistema Integrado de Transportes

4. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITO À VIDA

4.1 Reduzir as mortes violentas, com foco na Baixada Fluminense

4.2 Substituir a lógica de confronto por ações de inteligência

4.3 Adotar política ampliada de prevenção ao crime e à violência

4.4 Criar programa de promoção da integridade policial com controle externo

4.5 Reduzir o encarceramento investindo em alternativas penais

5. SANEAMENTO BÁSICO E BAÍA DE GUANABARA

5.1 Concluir as obras do PSAM e ampliar o tratamento de esgoto

5.2 Fortalecer o sistema de regulação e gestão do saneamento

5.3 Estabelecer governança pela recuperação da Baía de Guanabara

5.4 Expandir a coleta seletiva com a inclusão remunerada de catadores

5.5 Proteger rios, prevenir enchentes e melhorar o abastecimento de água

6. ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

6.1 Aumentar a efetividade das políticas de transferência de renda

6.2 Melhorar a rede de prevenção e atenção primária à saúde

6.3 Ampliar o número de vagas em creches públicas e conveniadas

6.4 Zerar a evasão escolar no ensino médio, com a ampliação da educação integral

6.5 Democratizar os equipamentos culturais e estruturar política de fomento

7. CIDADE PARA CONVIVER

7.1 Valorizar o patrimônio cultural e natural de toda a metrópole

7.2 Espalhar parques públicos, praças e espaços verdes

7.3 Enfrentar o racismo estrutural e institucional

7.4 Promover a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual

7.5 Fortalecer os centros de referências de promoção da cidadania

8. GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

8.1 Adotar planos de metas e mecanismos para o monitoramento cidadão

8.2 Tornar a transparência regra na administração pública

8.3 Ampliar os canais de participação social

8.4 Promover a justiça tributária e otimizar a arrecadação

8.5 Encontrar alternativas para aumentar as receitas estaduais

PROPOSTAS

DESAFIOS DA METRÓPOLE E ALTERNATIVAS PARA SUPERÁ-LOS.

- 1 · POLÍTICA METROPOLITANA | PÁG 12
- 2 · EMPREGO E RENDA | PÁG 16
- 3 · MOBILIDADE URBANA | PÁG 20
- 4 · SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITO À VIDA | PÁG 24
- 5 · SANEAMENTO BÁSICO E BAÍA DE GUANABARA | PÁG 28
- 6 · ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA | PÁG 32
- 7 · CIDADE PARA CONVIVER | PÁG 36
- 8 · GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO | PÁG 40

POLÍTICA METROPOLITANA

SUPERAR AS FRONTEIRAS ADMINISTRATIVAS, COSTURAR SOLUÇÕES

Mais da metade dos domicílios brasileiros está localizada em regiões metropolitanas, onde vivem aproximadamente 113 milhões de pessoas, segundo o IBGE. O Estatuto das Metrôpoles, Lei 13.089 de 2015, regulamenta temas específicos desses territórios, oferecendo diretrizes e instrumentos para o planejamento e execução de políticas públicas.

Na esfera pública fluminense o tema é conduzido pela Câmara Metropolitana de Integração Governamental, criada em 2014. Idealmente, a agência deve ter sua governança aprovada na Assembleia Legislativa, para responder às funções públicas de interesse comum (FPICs), como, por exemplo, equacionar o enorme déficit habitacional da região.

No Rio de Janeiro, as desigualdades são profundas e reproduzem-se de diferentes maneiras dentro e fora dos 21 municípios que compõem oficialmente sua Região Metropolitana. Todos os dias, 2 milhões de pessoas dirigem-se à capital fluminense em busca de oportunidades. A segregação social, econômica e política vivida neste espaço ampliado desequilibra o acesso a direitos sociais básicos, como moradia, trabalho, transporte, segurança, assistência social, saúde, educação, lazer.

Todos esses direitos estão previstos na Constituição Federal de 88, que em outubro completa 30 anos. Nesta versão da Agenda Rio 2030, tais direitos serão alvo das propostas de políticas públicas, a partir da escala metropolitana.



A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

1.1

APROVAR A GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ALERJ

Estruturar o projeto de lei que regulamenta a governança metropolitana do Rio de Janeiro, definindo coletivamente Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que levem em conta a diversidade dos municípios e a efetividade de políticas públicas compartilhadas. Aprovar instrumentos previstos pelo Estatuto das Metrôpoles (Lei 13.089/2015): Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, que já teve sua consultoria entregue; um sistema de informações georreferenciadas e um fórum permanente de participação e controle pela sociedade civil.

1.2

FORTALECER O PLANEJAMENTO MUNICIPAL E METROPOLITANO

Apoiar as prefeituras para a adoção dos instrumentos de gestão e planejamento municipal citados no Painel de Monitoramento da Casa Fluminense, reivindicando a revisão e a avaliação dos planos diretores participativos, alinhados ao PDUI. Entregar os planos municipais de mobilidade, saneamento e resíduos sólidos. Manter portais de transparência acessíveis e publicar as metas de governo. Qualificar os gestores para essas entregas em todas as esferas, inclusive na execução de consórcios intermunicipais. Reestruturar o CEPERJ para a produção de conhecimentos que subsidiem do planejamento à tomada de decisão.

1.3

DESENVOLVER POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

Gerar oportunidades de moradia nas áreas centrais dos municípios, capazes de dar aproveitamento adequado aos imóveis que não cumprem a função social, especialmente na zona portuária do Rio de Janeiro. Instituir mecanismos redistributivos de captura das mais valias geradas pelo desenvolvimento urbano. Mapear e sobretaxar imóveis e terrenos vazios ou subaproveitados. Apresentar um plano integrado de redução do déficit habitacional, destinando parcelas de novos empreendimentos para a habitação popular, através de fundos públicos e privados e/ou linhas de crédito que viabilizem economicamente planos de habitação de interesse social em áreas adensadas com

1.4

RETOMAR E UNIVERSALIZAR POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Urbanizar as favelas como política pública interseccional para a provisão de serviços urbanos, e para a melhoria das habitações através de assistência técnica, jurídica e administrativa, com a participação dos moradores em todo o processo. Abandonar as políticas de remoção e deslocamento forçado de populações, substituindo-as pela regularização integral, afinada com o Estatuto da Cidade. Ampliar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e seu fundo correspondente, de modo a definir, nos planos diretores municipais, metas e formas de financiamento para a provisão de moradia popular digna.

1.5

ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO URBANO NAS CENTRALIDADES METROPOLITANAS

Articular planos, programas e projetos direcionados às centralidades urbanas que devem ser fortalecidas na metrópole, definidas pelo PDUI. Coordenar a implantação de infraestrutura urbana, de qualificação do ambiente urbano e de mobilidade. Incentivar a ocupação dos vazios urbanos ao longo dos principais eixos de transporte (trem e metrô), promovendo a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para a gestão do uso e ocupação do solo urbano. Fortalecer medidas que incentivam as cadeias produtivas já estabelecidas na região e suas potencialidades, de modo a atrair a instalação de novas unidades produtivas e tornar a região como um todo mais policêntrica.



Mais da metade do emprego formal da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (51%) está localizada no eixo que vai do centro da cidade até a Barra da Tijuca, via orla, incluindo os bairros da Tijuca e Jacarepaguá. Nessa área não reside nem um quinto (19%) do total da população metropolitana. Reequilibrar a metrópole deve ser a meta para a necessária reconfiguração da economia do estado.

Diversos fatores são analisados para explicar a crise e a falência do governo fluminense: má gestão dos recursos públicos, corrupção, alta dependência da economia do petróleo, pouca contrapartida dos incentivos fiscais, falta de transparência e de planejamento, entre outros. Todos trouxeram como reflexo dados alarmantes para a RMRJ, justificados oficialmente pela “falta de recurso”, tais como: o alto desemprego (15%), a alta informalidade (30%) e a baixa taxa de participação no

mercado de trabalho (60%), de acordo com dados do primeiro trimestre de 2018 da PNAD/IBGE. A capital do Rio foi a cidade do Brasil que mais fechou postos formais de trabalho em 2017, totalizando 55 mil postos (RAIS/MTE). Em segundo lugar, muito atrás, está a cidade de São Paulo, que perdeu 15 mil. Entre as 25 maiores quedas, ainda há 4 cidades da RMRJ: Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo, totalizando 20 mil empregos a menos nas periferias metropolitanas.

As consequências dessas variáveis são desafios que queremos tratar nos próximos capítulos. Nesse sentido, a perspectiva regional e urbana torna-se imprescindível para revertermos um quadro tão crítico.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

2.1

PROMOVER O ADENSAMENTO PRODUTIVO NAS PERIFERIAS DA REGIÃO METROPOLITANA

Equilibrar as ofertas de emprego e moradia na metrópole, produzindo postos formais de trabalho nas periferias a partir de uma política de complexos produtivos. Impulsionar as cadeias de maior valor agregado, como do petróleo e gás, da saúde, metal-mecânico, da indústria naval e da construção civil. Prover infraestrutura e desenvolvimento urbano nas múltiplas centralidades, capacitando a força de trabalho e otimizando o ambiente de negócios locais.

2.2

FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO E APOIAR AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Oferecer suporte a empreendimentos de pequeno e médio porte, com apoio técnico e jurídico, acesso a crédito e capacitação. Expandir os programas de formalização e inserção econômica de negócios locais, principalmente aqueles geridos por negros e por mulheres. Induzir a criação de ambientes de negócios através do compartilhamento de ferramentas e espaços de produção (coworking), especialmente nas periferias. Tornar as compras públicas mais locais, inclusivas e sustentáveis, apostando nas economias solidária e circular.

2.3

ESTIMULAR POLÍTICAS DE PRIMEIRO EMPREGO E PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM

Oferecer oportunidades de trabalho e renda para jovens oriundos das periferias, identificando vocações, valorizando seu protagonismo e gerando experiências de trabalho. Sensibilizar órgãos públicos e empresas privadas para o cumprimento da lei de aprendizagem, com a contratação de jovens aprendizes. Estimular o investimento social privado, com contrapartidas voltadas para os territórios de atuação. Incentivar ações de responsabilidade social focadas em grupos vulnerabilizados, atrelando as renúncias fiscais a projetos que aumentem a participação dos jovens no mercado de trabalho.

2.4

FORTALECER A ECONOMIA DA CULTURA, DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO

Fomentar a cadeia produtiva da economia criativa, com destaques para os setores de audiovisual, música, artes cênicas, comunicação, design, moda, arquitetura, games e outros. Reconhecer o funk, o samba, o hip-hop e outras expressões culturais como ativos para a valorização econômica dos territórios. Desenvolver rede de áreas de preservação ambiental e parques públicos para a criação de polos locais de turismo ecológico. Estabelecer um Sistema Regional de Inovação com as instituições de ensino & pesquisa (UERJ, CEPERJ, FAETEC, UniRio, UFRRJ, UFRJ, UFF, IFRJ, Fiocruz, CEFET e outras) e mecanismos de fomento alinhados com uma estratégia de desenvolvimento regional. Incentivar o desenvolvimento de startups e empresas de Tecnologia da Informação.

2.5

INCENTIVAR A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Adotar programa de fomento a negócios sustentáveis, com a utilização de incentivos fiscais para empreendimentos de economia circular e reaproveitamento de resíduos, bem como projetos inovadores de construções sustentáveis, geração local de energia solar e eólica. Fortalecer projetos de agricultura urbana e familiar de base agroecológica, em sintonia com a estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Proteger as áreas vocacionadas para a produção agrícola nos planos diretores e proporcionar novas oportunidades econômicas e regulação climática da cidade por meio da produção local de alimentos. Incentivar os municípios a aderirem ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAAN e criarem política municipal para o tema.



MOBILIDADE URBANA

CAMINHOS PARA O DIREITO À CIDADE



Para trabalhar o tema da mobilidade urbana na escala da Região Metropolitana do Rio, e em outras, é necessário entendermos que a má distribuição dos postos de trabalho e dos equipamentos e serviços públicos e privados é elemento tão determinante quanto a melhoria do sistema de transporte em operação.

O Rio de Janeiro é a metrópole onde as pessoas mais passam horas no trajeto casa-trabalho no país. Mais de 26% dos trabalhadores ultrapassam os 60 minutos do deslocamento, antes de começarem, de fato, seu expediente. Outro dado impactante é que no Rio o peso da tarifa do transporte público no salário mínimo é um dos maiores do Brasil, comprometendo um quinto da renda, segundo cálculos da ANTP, acessados no Mobilidados/ITDP.

Há 5 anos, o aumento do preço das passagens de ônibus foi o mote das manifestações que desencadearam uma série de consequências para o país. Hoje, bandeiras como o valor e a transparência das tarifas seguem em pauta. Em 2013 o país havia completado um ano de vigência da Política Nacional de Mobilidade Urbana e em 2015 colocou o transporte como direito social básico na sua Constituição Federal.

São avanços importantes que precisam atingir a todos, já que são meios para garantir o acesso a direitos, acesso à cidade. Precisamos de mais caminhos e mais soluções, com transparência e com participação de quem perde, em média, 30 dias por ano nas maltratadas ferrovias, rodovias, hidrovias e cicloviarias da metrópole fluminense.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

3.1

**LICITAR O BILHETE
ÚNICO E TORNAR
AS TARIFAS
TRANSPARENTES**

Tornar transparente a gestão do sistema de transportes, com a realização de licitação para o serviço de bilhetagem, conforme determinação do Ministério Público e Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Orientar as políticas para a criação de fontes contínuas de financiamento do transporte público e a redução das tarifas municipais e do Bilhete Único, bem como empregar medidas para a plena integração tarifária entre os modais. Fortalecer técnica e operacionalmente os órgãos reguladores – Agetransp e Detro – e garantir o pleno acesso desses às informações de serviços de todas as concessionárias.

3.2

**CONFERIR
AOS TRENS
METROPOLITANOS
A QUALIDADE
DE SERVIÇO DO
METRÔ**

Modernizar a malha de trens metropolitanos e suas estações, nivelando-a aos padrões do metrô de conforto, segurança, acessibilidade, informação, frequência e respeito aos horários. Aplicar a lei do Painel Eletrônico, aprovada na ALERJ (5274/2008). Duplicar a via no trecho Gramacho-Saracuruna e implantar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) nos ramais de Vila Inhomirim e Guapimirim. Requalificar o Ramal Belford Roxo, diminuir intervalos e ampliar os horários e adotar medidas de segurança para os passageiros, como reduzir o vão entre o trem e a plataforma, instalar sensores nas portas e câmeras nas estações, ampliar a presença de funcionários e o serviço de ouvidoria.

3.3

**PRIORIZAR OS
TRANSPORTES
ATIVOS FRENTE
AOS INDIVIDUAIS
MOTORIZADOS**

Ampliar infraestruturas viárias para pedestres e ciclistas, com o alargamento e qualificação de calçadas, diminuição da distância das travessias, expansão da malha cicloviária, instalação de bicicletários e sistemas públicos de bicicletas compartilhadas nas estações de trem, metrô, BRT e barcas, e emprego de sinalização apropriada. Adotar política de visão zero, buscando a eliminação das mortes no trânsito, incluindo redução das velocidades máximas permitidas, aumento da fiscalização, expansão de programas de educação para a convivência adequada nas vias por pedestres, ciclistas e motoristas, bem como ações de desenho urbano voltadas a valorizar a circulação dos modais ativos. Reduzir a emissão de poluentes por parte dos automóveis em atenção às mudanças climáticas.

3.4

**EXPANDIR REDE
DE TRANSPORTE
DE MÉDIA E ALTA
CAPACIDADE**

Expandir redes de metrô, BRT, barcas e VLT, com a implantação da Linha 3 em Niterói/São Gonçalo e a ampliação e qualificação dos serviços de barcas na Ilha do Governador, em Duque de Caxias e em São Gonçalo. Conclusão das obras do BRT TransBrasil e recuperação das estações da TransOeste, com investimento em conservação preventiva e aumento da segurança dos usuários. Aumentar o percentual total da população metropolitana que reside próxima à rede de transporte de média e alta capacidade. Incentivar o adensamento urbano e habitacional no entorno das estações de transporte público de média e alta capacidade, por meio da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

3.5

**ESTRUTURAR
SISTEMA
INTEGRADO DE
TRANSPORTES**

Ampliar a interconexão de serviços nos 21 municípios e a integração física, operacional e tarifária dos diferentes modais. Regulamentação dos mototáxis e serviços informais. Implantação de faixas exclusivas para ônibus e expansão da oferta de serviços noturnos e aos finais de semana, garantindo dignidade e segurança a mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Ampliar os meios de planejamento e participação, a partir da elaboração dos planos municipais de mobilidade urbana. Criar um observatório de mobilidade urbana, composto de representantes das secretarias municipais, sociedade civil, universidades e empresas para monitorar, avaliar e discutir o planejamento e a operação do sistema de mobilidade metropolitano.

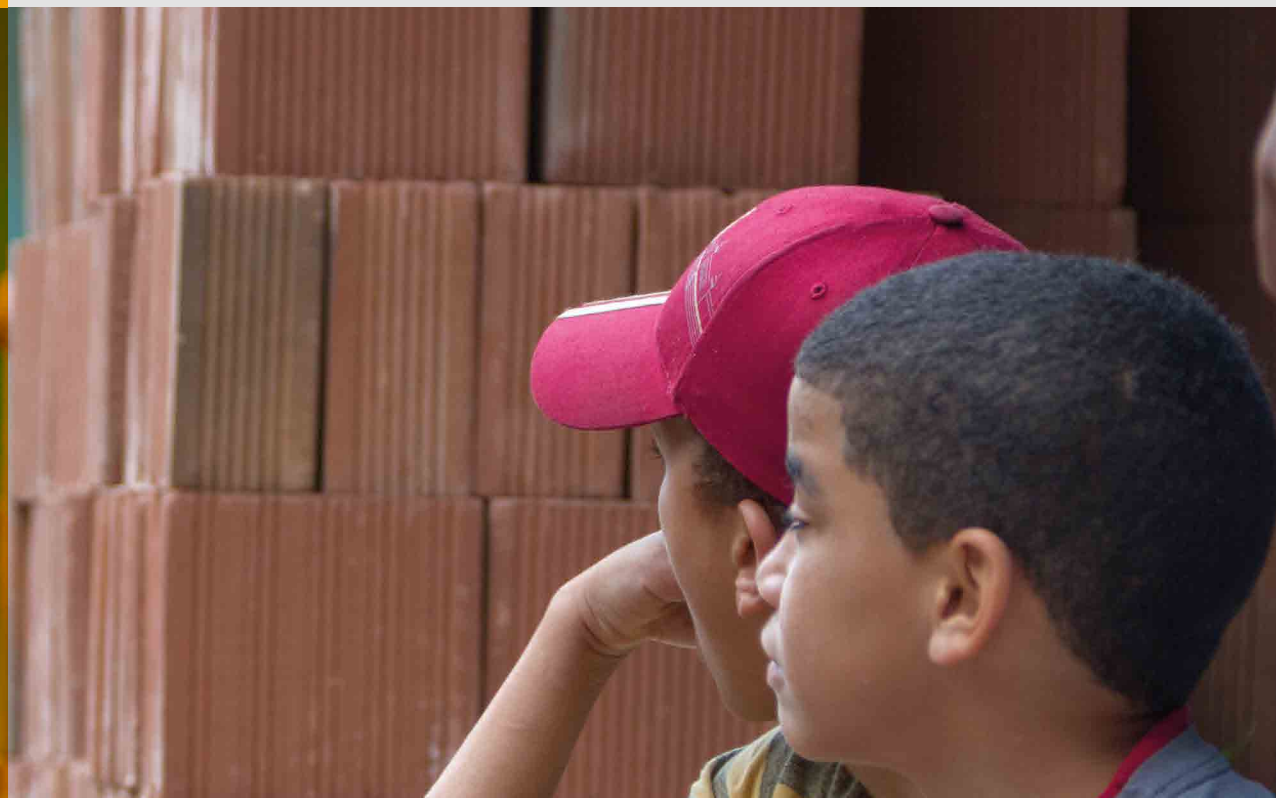


SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITO À VIDA

REDUZIR AS MORTES
VIOLENTAS, ONDE
ACONTECEM

O ciclo de redução das mortes violentas no Rio se mostrou de fôlego muito curto diante do tamanho dos desafios de segurança pública historicamente construídos. Se em 2012 a taxa de letalidade violenta na região metropolitana alcançou 30 a cada 100 mil habitantes, fechamos 2017 em 43, nível acima ao registrado em 2009. Os números absolutos aumentaram, assim como ampliaram-se as desigualdades territoriais: também no ano de 2017, a

Baixada Fluminense teve taxa de homicídios de 60,7 a cada 100 mil, duas vezes mais que a registrada na capital, indicam os dados do Instituto de Segurança Pública - ISP. As evidências revelam que além de territórios-chave, a violência cotidiana também faz dos corpos e histórias de jovens negros suas principais vítimas, sendo esses alvos de 77% dos 30 mil homicídios que vitimam os jovens por ano.



Embora a taxa de elucidação de crimes contra a vida não passe de 12% dos casos registrados no Rio de Janeiro, a política de guerra às drogas tem como algumas de suas consequências um inadmissível número de presos provisórios (40% do total, de acordo com o Infopen), o fortalecimento das facções criminosas no interior das unidades prisionais, além de ter levado o Brasil à marca de terceira maior população carcerária do planeta.

A defesa da vida, onde e de quem quer que seja, deve ser o chamado primeiro de um pacto coletivo que entenda a segurança pública como mais do que uso da força policial, com ações preventivas em sua origem, e que entenda que as juventudes negras, de favelas e territórios periféricos não devem ser os alvos, mas os vetores da potência de renovação e vitalidade que um Rio menos desigual demandará.



A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

4.1

REDUZIR AS MORTES VIOLENTAS, COM FOCO NA BAIXADA FLUMINENSE

Criar programa de redução de mortes violentas na Baixada Fluminense, com ênfase no aumento da taxa de elucidação de assassinatos pela Divisão de Homicídios. Adotar ações preventivas pelas prefeituras da região com foco nas juventudes, em especial as negras e pobres. Aprovar o texto do Relatório Final da CPI dos Autos de Resistência na ALERJ e do Projeto de Lei estadual de nº 182/2015, que cria procedimentos para a apuração de mortes decorrentes de ação policial e determina o afastamento de policiais reincidentes em casos de violência e homicídios. Fomentar uma articulação na Polícia Civil entre a Draco, Gaesp e Gaeco na Divisão de Homicídios para investigação de mortes associadas a crimes político-eleitorais. Assegurar o financiamento para programas e políticas públicas de proteção como o PROVITA, PPCAM e PPDDH. Garantir reparação econômica, psicossocial e o direito à memória para as mães e familiares das vítimas de violência do Estado.

4.2

SUBSTITUIR A LÓGICA DE CONFRONTO POR AÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Conceder prioridade à proteção da vida e diminuição de confrontos em favelas e periferias, estimulando o policiamento baseado em ações de inteligência para desarticular grupos armados. Fortalecer o controle de armas e munições, aumentando a apreensão e reduzindo a circulação, especialmente de fuzis. Ampliar o debate público sobre uma nova política de drogas capaz de superar a lógica da guerra. Dar enfoque ao policiamento de proximidade como elemento estruturante do trabalho da Polícia Militar. Cumprir a Ação Civil Pública que determina a criação de um plano de redução de danos para evitar violações de direitos humanos durante operações policiais no Complexo da Maré, que sirva como parâmetro para todos os outros territórios de favelas e bairros de periferia.

4.3

ADOTAR POLÍTICA AMPLIADA DE PREVENÇÃO AO CRIME E À VIOLÊNCIA

Integrar os governos municipais ao planejamento de ações de segurança pública, em parceria com os órgãos sociais do Governo do Estado e do sistema de Justiça, para o desenvolvimento de políticas preventivas que promovam a garantia de direitos e a expansão de oportunidades, especialmente para a juventude negra e pobre das favelas e periferias. Recuperar e valorizar espaços públicos de convivência, colocando em prática esforços sociais e urbanos capazes de superar as dinâmicas de violência nas áreas mais afetadas. Proporcionar a reinserção social de egressos dos sistemas socioeducativo e prisional. Promover políticas que visem enfrentar o racismo estrutural da sociedade brasileira, base da desigualdade e da violência contra a população das favelas e periferias. Enfrentar a violência doméstica e de gênero, realizando a manutenção e a ampliação dos aparatos de atendimento às mulheres vítimas dessa violência.

4.4

CRIAR PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE POLICIAL COM CONTROLE EXTERNO

Fortalecer os mecanismos de formação, capacitação e valorização profissional e os instrumentos de controle da violência e corrupção policiais. Profissionalizar a gestão com critérios técnicos para a ocupação de cargos de chefia, criar metas para a redução da letalidade policial no Sistema Integrado de Metas (SIM) da SESEG, e adotar o Índice de Aptidão para o Uso da Força Policial. Ampliar os canais de participação e interação com a população. Disponibilizar, conforme Leis Estaduais 5.443/09 e 5.588/09, GPS e câmeras nas viaturas. Assegurar ao GAESP do Ministério Público autonomia nas investigações de violações policiais. Garantir um efetivo policial proporcional (militar e civil) de acordo com o nº de homicídios e a população das AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública.

4.5

REDUZIR O ENCARCERAMENTO INVESTINDO EM ALTERNATIVAS PENAIAS

Avançar no uso de medidas desencarcerantes, com o fortalecimento das centrais de penas e medidas alternativas, além das audiências de custódia, para a redução do número de presos provisórios e da superpopulação carcerária efetiva. Instalar núcleos da Defensoria Pública nas delegacias de polícia de maneira a incidir sobre prisões arbitrárias e garantir o pleno direito de defesa. Aumentar a transparência e monitoramento sobre o número de presos no sistema prisional e socioeducativo estadual. Aplicar os recursos do Fundo Penitenciário - FunPen, prioritariamente, em alternativas penais e justiça restaurativa. Reverter as condições precárias e as constantes violações às quais os internos e funcionários são submetidos.



SANEAMENTO BÁSICO E BAÍA DE GUANABARA

VITALIDADE
E QUALIDADE
DE VIDA NAS
ÁGUAS DA BAÍA

Da diversidade de paisagens naturais que constituem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara, sem dúvidas, se destaca como coração do tecido urbano que se expande em todas as direções de seu entorno. Mais de 8,7 milhões dos fluminenses vivem em sua bacia, mas apenas 27% contam com rede de coleta e tratamento de esgoto, pelos dados do ICMS Verde.

O estado atual da Baía é devido a diversos erros anteriores. Especialmente anteriores nos diversos rios que nascem límpidos na mata atlântica e se convertem em valões correndo em sua direção. Temporalmente anteriores diante das promessas olímpicas e dos sucessivos programas para sua recuperação descontinuados.



As Estações de Tratamento de Esgoto construídas na década de 1990, durante o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG, operam muito abaixo de suas capacidades por falta de redes coletoras que alimentem as estações de tratamento com o esgoto das residências. Avançar na construção dessas redes e nas ligações domiciliares é a maneira mais eficaz de interromper a marcha de poluição dos diversos rios que afluem à Baía de Guanabara e dela própria.

A repactuação do sistema de governança deve ser uma aliada para o cumprimento das premissas de universalização do acesso à água potável, de melhora acentuada na gestão dos resíduos sólidos e de aumento da resiliência urbana para a mitigação das enchentes. Todas essas, vale dizer, que impactam de maneira muito mais intensa a vida dos mais pobres em todo o mundo e, não diferente, na metrópole.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

5.1

**CONCLUIR AS
OBRAS DO PSAM
E AMPLIAR O
TRATAMENTO
DE ESGOTO**

Finalizar as frentes de obra abertas do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM para a construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alcântara, o Tronco Coletor da Cidade Nova e da rede coletora da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE da Pavuna. Ampliar a utilização das ETE, que funcionam atualmente abaixo de sua capacidade operacional, por meio da requalificação e ampliação da rede coletora de esgotamento sanitário.

5.2

**FORTALECER
O SISTEMA DE
REGULAÇÃO
E GESTÃO DO
SANEAMENTO**

Reestruturar as capacidades de ação da Agência de Regulação do Saneamento no estado – AGENERSA e fortalecer os comitês de gestão de bacias hidrográficas. Apoiar a aplicação dos planos municipais de saneamento básico já elaborados e valorizar os conselhos municipais de saneamento em todos os municípios. Criar sistema estadual de informações sobre saneamento com ampliação dos mecanismos de participação, controle social e monitoramento público das ações em todos os níveis. Ampliar a eficiência e a transparência na política tarifária de todos os prestadores de serviços de saneamento, garantindo a gratuidade ou tarifa social para o acesso aos serviços básicos e a adoção de progressividade nas faixas de consumo adicional, especialmente no uso do recurso para fins lucrativos.

5.3

**ESTABELECE
GOVERNANÇA PELA
RECUPERAÇÃO DA
BAÍA DE GUANABARA**

Fixar metas, prazos e, principalmente, as responsabilidades para a despoluição da Baía de Guanabara. Incentivar a atividade pesqueira e dar suporte às comunidades tradicionais que vivem no seu entorno. Criar a autoridade gestora da Baía, garantindo a participação dos Comitês de Bacia, em coordenação com a Câmara de Gestão Metropolitana, de forma a reunir o Governo do Estado, os governos municipais, as comunidades, os pescadores, os atores privados e a sociedade em geral para a gestão integrada e o monitoramento contínuo dos compromissos assumidos. Elaborar plano de recuperação do entorno da Baía e revitalização de sua orla marítima, com programas de urbanização, regularização dos loteamentos nas suas margens, proteção dos ecossistemas e fomento à prática esportiva e turística em todo o seu interior.

5.4

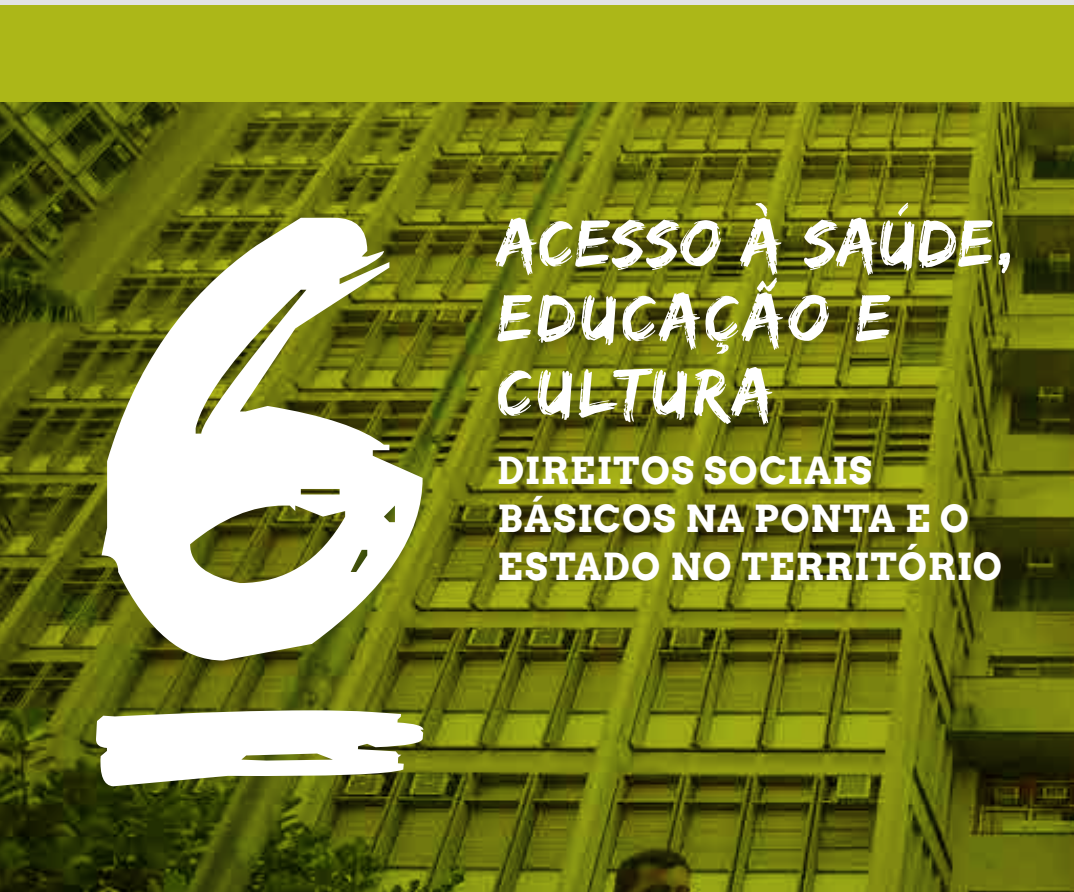
**EXPANDIR A
COLETA SELETIVA
COM A INCLUSÃO
REMUNERADA DE
CATADORES**

Aprimorar a gestão dos resíduos sólidos, com a recuperação das áreas de todos os lixões encerrados pelo programa Lixão Zero, maior fiscalização dos aterros sanitários, expansão vigorosa dos serviços de coleta seletiva, reciclagem e compostagem de lixo orgânico pelos municípios, assegurando a inclusão socioprodutiva de catadoras e catadores. Implantar sistemas de logística reversa pelos grandes geradores de resíduos e instalar pontos de entrega voluntária (PEVs), seguindo as diretrizes do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e em diálogo com os planos municipais.

5.5

**PROTEGER
RIOS, PREVENIR
ENCHENTES E
MELHORAR O
ABASTECIMENTO
DE ÁGUA**

Reflorestar as nascentes e margens dos principais rios que abastecem a metrópole, através de programas de complementação de renda e pagamento por serviços ambientais de produtores rurais, utilizando recursos do FECAM para esse fim. Avançar na despoluição de corpos hídricos e financiar obras de macrodrenagem e desassoreamento de rios. Melhorar a eficiência do consumo e da distribuição da água mediante programa de redução de perdas físicas na rede de distribuição. Implementar de maneira plena a Política Estadual de Recursos Hídricos com o objetivo de reduzir o estresse hídrico e prevenir inundações.



6

ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREITOS SOCIAIS BÁSICOS NA PONTA E O ESTADO NO TERRITÓRIO

Acessar equipamentos públicos, sejam Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, postos de saúde, hospitais, escolas ou teatros, tem tudo a ver com mobilidade, segurança, saneamento. As enchentes, os tiroteios, o tempo e o dinheiro gastos com transporte são fatores que impedem o ir e vir das pessoas e consequentemente a fruição dos serviços públicos. A garantia de uma renda familiar mínima é fator crucial para garantir a plena circulação e o uso dos espaços e atividades que a cidade oferece, de modo a não deixar ninguém para trás.

Os programas de transferência de renda atuam na raiz dos direitos sociais e possibilitam que as demais políticas setoriais aconteçam, especialmente nas pontas do território. Nelas estão assistentes sociais, agentes de saúde, educadores, produtores e fazedores de cultura, que agindo de forma autônoma ou como servidores públicos conseguem chegar nas camadas inferiores da desigualdade. A distribuição desses equipamentos é parte importante na ampliação da cidadania e na garantia do direito à cidade, pela aproximação física dos moradores



aos seus espaços de desejo e necessidades mais básicas. Essa distribuição responde em grande medida pela percepção da presença da administração pública nos bairros e favelas, em oposição à repressão e às violações do cotidiano desses territórios. Apenas o município do Rio possui um Índice de Acesso à Cultura, o qual revela em boa medida a disparidade entre as Áreas de Planejamento da cidade, que ajuda a acirrar e replicar as desigualdades sociais e econômicas.

Santa Cruz recebeu nota 6, numa escala de 0 a 100, enquanto a Barra da Tijuca alcançou 43 pontos. O índice considera também o número de ações e eventos culturais da prefeitura, além da capacidade das salas privadas de cinema, todos em relação à população das Regiões Administrativas do município (IPS-Rio, 2016). O bairro do subúrbio, que completou 450 anos em 2017, tem, na sua juventude, uma potência cultural e comunitária que precisa e merece ser valorizada.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

6.1

AUMENTAR A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Fazer com que os benefícios cheguem a todos que têm direito, conjugando esforços dos governos federal, estadual e das prefeituras para ampliar a qualidade e a capilaridade do cadastro de usuários, valendo-se de ações de busca ativa, cruzamento de dados de diversos programas sociais e trabalho conjunto com a sociedade civil. Atentar para a melhoria dos mecanismos de transparência da distribuição desses recursos, visando à erradicação da extrema pobreza e da fome na metrópole.

6.2

MELHORAR A REDE DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Garantir a cobertura das equipe de saúde da família em todos os bairros e favelas da Região Metropolitana, dando prioridade às localidades com os menores Índices de Desenvolvimento Humano. Assegurar a manutenção da rede de atendimento à saúde familiar e prevenção já existente, inclusive com a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, que funcionam como elos fundamentais para a política de saúde, aproximando e mantendo contato direto com os moradores. Diminuir o tempo de espera para exames e serviços de média complexidade e estimular as atividades de monitoramento cidadão da qualidade do SUS.

6.3

AMPLIAR O NÚMERO DE VAGAS EM CRECHES PÚBLICAS E CONVENIADAS

Assegurar às crianças o acesso à educação infantil de qualidade, em creches e pré-escolas, priorizando as regiões ainda não atendidas e com os menores IDH. Articular programas voltados para a primeira infância com políticas sociais que ampliem o acesso à saúde, à alimentação e à nutrição adequadas, à convivência familiar e comunitária, à cultura e ao lazer. Equiparar o investimento por criança nas creches públicas e nas conveniadas. Estimular a criação de espaços públicos que propiciem o brincar, o bem-estar e o exercício da criatividade pelas crianças em suas comunidades, e que contem com participação infantil em sua concepção. Valorizar as educadoras e educadores.

6.4

ZERAR A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO, COM A AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Adotar política pública intersetorial para a redução da evasão escolar e ampliar a oferta de vagas nos territórios que mais necessitam. Inovar nos modelos de ensino e aprendizagem, usando recursos tecnológicos e fortalecendo o protagonismo dos jovens. Executar ações integradas de busca ativa de jovens que abandonaram a escola e impedir operações policiais em horário escolar. Desenvolver programas que garantam a Educação Integral, articulando cultura, cidadania, artes e esportes, dentro de uma perspectiva que compreenda escola, também, como um equipamento cultural. Ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior dos jovens de periferias.

6.5

DEMOCRATIZAR OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E ESTRUTURAR POLÍTICA DE FOMENTO

Criar programa permanente de fomento à cultura que tenha dentre seus critérios a redução das desigualdades territoriais, a democratização do acesso e da produção artística na região metropolitana, reconhecendo o papel da cultura enquanto plataforma de desenvolvimento humano e promoção da cidadania. Criar índice estadual de acesso à cultura. Favorecer a execução de ações culturais dentro e fora dos equipamentos formais das áreas periféricas, utilizando a ocupação dos espaços urbanos como recurso para a convivência entre diferentes grupos sociais e para melhoria da segurança pública. Fortalecer as instâncias participativas, como os conselhos municipal e estadual de cultura e outros fóruns.



CIDADE PARA CONVIVER

ESPAÇO COMUM
DE DIVERSIDADE,
ENCONTRO E
NATUREZA

A Região Metropolitana do Rio vive imersa em algumas contradições. Cercada por um cinturão verde e de frente para o mar, os aspectos ambientais, positivos e negativos, distribuem-se de maneira muito desigual pelo seu espaço. Bairros mais ricos, onde moram os tomadores de decisão, gozam de muitos parques, áreas verdes e locais de lazer.

Não muito distante, a Zona Norte é uma das mais impactadas pela escassez de áreas verdes e pela poluição do ar causada pelas emissões das rodovias. Enquanto apenas 30% dos habitantes de São João de Meriti moram em ruas arborizadas, em Niterói esse número sobe para 78%, segundo os dados do último Censo/IBGE.

Mas a cidade partida, além das desigualdades territoriais, é preciso lembrar, também tem cor e gênero, faixa etária e orientação sexual. Tem mobilidade reduzida, tem falta de acessibilidade, em todos os espectros da palavra. Desenhar políticas urbanas e sociais plurais, que não considerem esses fatores elementos secundários ou subordinados, e, portanto, não homogenizem indivíduos é fundamental para a execução da boa política pública.

Iluminar as desigualdades raciais e de gênero é primordial na luta por uma cidade democrática: um lugar onde a diversidade se constitua não como sinônimo da desigualdade, mas como ativo de sua vitalidade. Por mais representatividade política e por um lugar onde o direito à cidade se realize para todas pessoas, com a ampliação máxima das possibilidades do viver e conviver.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

7.1

**VALORIZAR O
PATRIMÔNIO
CULTURAL
E NATURAL
DE TODA A
METRÓPOLE**

Ampliar o roteiro de atrações culturais e valorizar aspectos naturais de toda a Região metropolitana do Rio. Fomentar o acesso aos patrimônios materiais e imateriais, por moradores e visitantes, valorizando a história e seguindo as vocações e necessidades de cada região. Desfazer barreiras de acessibilidade, mobilidade, segurança e falta de informação para o uso dos espaços. Promover a gestão integrada do patrimônio cultural a partir da criação de cadastro único para bens culturais, a fim de melhorar a manutenção e monitoramento de intervenções aplicadas em bens materiais, além do registro de bens imateriais dos 21 municípios da RMRJ.

7.2

**ESPALHAR
PARQUES
PÚBLICOS,
PRAÇAS E
ESPAÇOS
VERDES**

Valorizar os parques, praças, espaços públicos e áreas de preservação na metrópole, com a promoção do uso comunitário e turístico alternativo aos centros. Ampliar os investimentos na conservação e preservação de áreas verdes para o combate ao aquecimento global na escala local, mitigando efeitos das mudanças climáticas. Apoiar as iniciativas de recuperação de áreas degradadas e o uso dos vazios urbanos com feiras, hortas e jardins comunitários. Desburocratizar as formas de uso coletivo dos espaços públicos e incentivar a criação de novas áreas públicas para atividades artísticas, lazer e convivência cidadã.

7.3

**ENFRENTAR
O RACISMO
ESTRUTURAL E
INSTITUCIONAL**

Ampliar as políticas de ações afirmativas para a efetiva igualdade de acesso a oportunidades e serviços pela população negra. Estender a presença e qualidade dos serviços públicos existentes nas áreas elitizadas aos bairros periféricos e majoritariamente negros, bem como promover os direitos individuais, coletivos e difusos nesses territórios. Ampliar a representatividade negra e periférica na política e em espaços estratégicos de decisão nas instituições. Combater o racismo religioso, a discriminação étnico-racial e as demais formas de intolerância. Aplicar as exigências do ensino da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos órgãos educacionais de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

7.4

**PROMOVER A
EQUIDADE DE
GÊNERO E O
RESPEITO À
DIVERSIDADE
SEXUAL**

Incorporar a perspectiva de gênero e o respeito à diversidade sexual como parâmetros centrais no desenho e na gestão da cidade, expandindo as possibilidades de mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e pessoas transgênero acessarem a fruição dos espaços públicos e privados, com especial atenção para a segurança dessas pessoas e como esse aspecto impacta na sua mobilidade pela cidade. Planejar, de maneira participativa, com representatividade e paridade, cidades menos hostis à população vítima das diferentes formas de violência de gênero, garantindo seu pleno acesso à cidade como um todo.

7.5

**FORTALECER
OS CENTROS DE
REFERÊNCIAS DE
PROMOÇÃO DA
CIDADANIA**

Criar programa de cidadania universal para a metrópole, a partir da ação coordenada dos órgãos públicos de defesa da cidadania e proteção de direitos. Fortalecer os centros de referência para a população LGBTQI+, de atendimento especializado à mulher e de vítimas de discriminação racial, oferecendo suporte jurídico, social e psicológico na prevenção e superação de situações de violação de direitos. Estabelecer mecanismos de monitoramento para a redução das intolerâncias e reforçar os meios de responsabilização do Estado e compensação das vítimas nos casos de violência, arbítrio e discriminação por agentes públicos.

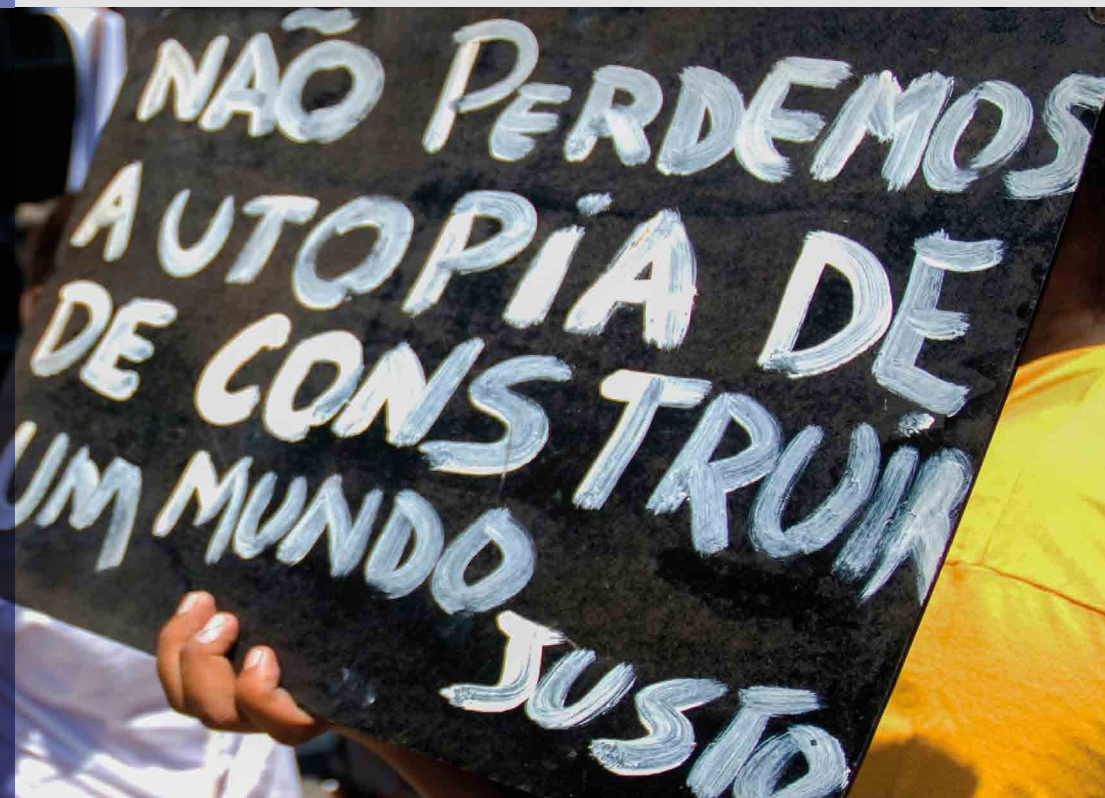


GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

**CIDADANIA PARA
ALÉM DAS ELEIÇÕES,
GESTÃO REPUBLICANA
PARA REDUZIR
DESIGUALDADES**

Se, por um lado, as crises política, econômica e de legitimidade que se intensificaram nos últimos tempos no Rio têm sua expressão máxima na condenação e prisão de algumas das principais figuras políticas do estado. Por outro, apenas escancaram os já conhecidos desafios da vida pública fluminense.

As debilidades técnicas e gerenciais, a aversão à transparência, o patrimonialismo e a corrupção estruturais não deixam o fato de o Rio de Janeiro ter recebido a segunda pior avaliação entre os estados brasileiros no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pela CGU em 2018 ser uma simples coincidência.



Amparar-se em mecanismos participativos de definição de prioridades e no fortalecimento das capacidades das gestões estadual e municipais é pré-requisito para abrir um caminho de maior eficiência na utilização dos recursos e de efetividade nas políticas públicas. Para furar a capa de impermeabilidade do poder estatal à cidadania ativa é preciso ir além de governos abertos e trilhar os caminhos de um Estado aberto e transparente.

Fazê-lo demandará um esforço institucional de políticas articuladas de transparência ativa e passiva, acesso à informação, prestação de contas e participação popular. Não apenas pelo poder executivo, mas também pelos legislativo e judiciário, em todos os níveis federativos. Só assim superaremos a lógica de sigilo nas informações e ações públicas, para que a transparência se torne a regra e não a exceção.





A AGENDA RIO 2030 PROPÕE

8.1

ADOTAR PLANOS DE METAS E MECANISMOS PARA O MONITORAMENTO CIDADÃO

Apresentar metas do Governo do Estado e de todas as prefeituras no início das respectivas gestões. Criar sistemas de informações para a prestação de contas regular de seu cumprimento, com abrangente participação cidadã na sua elaboração e no seu monitoramento, a partir da divulgação dos balanços de processos e de resultados. Ampliar tanto a coordenação intersectorial das ações como a descentralização da gestão pública cotidiana, com o fortalecimento de instâncias regionais e locais, como as subprefeituras. Capacitar os técnicos para o preenchimento dos registros administrativos, acompanhamento de indicadores e construção de bases de dados permanentes, que contribuam para a orientação de políticas que visem à redução das desigualdades territoriais.

8.2

TORNAR A TRANSPARÊNCIA REGRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Regulamentar os instrumentos de transparência e controle social, implementando efetivamente a Lei de Acesso à Informação, a atualização das plataformas online de dados abertos, a publicação periódica de Demonstrativos de Execução Orçamentária em planilhas. Desenvolver protocolos básicos para serviços de informação, participação e acompanhamento dos cidadãos, por meios presenciais e virtuais. Expandir boas práticas de transparência para todas as secretarias e funções de governo, abrangendo não apenas a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, como também os Poderes Legislativo e Judiciário, incluindo Ministério Público, Procuradorias-Gerais, Defensoria Pública e Tribunais de Contas, especialmente no que tange a informações sobre remuneração de servidores e contratos públicos.

8.3

AMPLIAR OS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Valorizar a participação social nos processos de elaboração, orçamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, qualificando mecanismos já existentes, como os conselhos municipais e estaduais, audiências públicas e ouvidorias. Realizar experiências de orçamentos participativos, territorializados e temáticos. Avançar na construção de tecnologias digitais para consultar a população a respeito de temas de interesse local ou para a avaliação de serviços e equipamentos públicos. Exercitar a defesa dos direitos do usuário dos serviços da administração pública, com a aplicação da Lei Federal 13.460/2017, que versa sobre o tema. Estabelecer um Sistema Estadual de Participação Social, nos moldes do Sistema Nacional, instituindo ou reforçando a natureza deliberativa, paritária e obrigatória dos conselhos de políticas públicas.

8.4

PROMOVER A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E OTIMIZAR A ARRECAÇÃO

Aprimorar as políticas tributárias e os sistemas de arrecadação, com a revisão da metodologia para concessão e acompanhamento de incentivos e isenções fiscais para empresas e proprietários de imóveis, eliminando disparidades. Atualizar as plantas de IPTU nos municípios, ativando mecanismos de progressividade e incentivos para o uso eficiente do solo, a democratização de oportunidades habitacionais e a descentralização econômica. Atualizar os cadastros de contribuintes do ICMS, com ampliação da cobrança dos inadimplentes e ampliação da emissão de notas fiscais na circulação de mercadorias e prestação de serviços. Adotar políticas de justiça tributária voltadas à redução de desigualdades e estímulo a práticas sustentáveis em todos os níveis.

8.5

ENCONTRAR ALTERNATIVAS PARA AUMENTAR AS RECEITAS ESTADUAIS

Atuar politicamente para a revisão do pacto federativo e renegociação do Regime de Recuperação Fiscal, em termos menos desfavoráveis ao Estado do Rio de Janeiro e com o compartilhamento com a União da responsabilidade no endividamento realizado para as Olimpíadas. Cobrar da União a adoção de um novo modelo de ressarcimento e o pagamento, com critérios justos, das dívidas acumuladas com os estados devido à Lei Kandir, que impede a cobrança de ICMS em produtos primários e industrializados semielaborados destinados à exportação. Pressionar para que a Agência Nacional do Petróleo – ANP reajuste o cálculo dos royalties de modo a beneficiar as áreas impactadas com a produção. Desenhar plano de pagamentos para arrecadação de parte da dívida ativa estadual.

METAS

ALGUNS INDICADORES RECENTES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E O HORIZONTE DESEJADO EM 2030

| | MUNICÍPIOS COM PLANO DIRETOR ATUALIZADO ¹ | EMPREGOS NAS PERIFERIAS ² | PESSOAS COM DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO MAIOR QUE UMA HORA ³ | TAXA DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS ⁴ | | POPULAÇÃO COM ESGOTO TRATADO ⁵ | JOVENS DE 15 A 17 NO ENSINO MÉDIO ⁶ | CASOS REGISTRADOS DE ESTUPROS ⁷ | MUNICÍPIOS COM PLANO DE METAS ⁸ |
|-------|--|--------------------------------------|--|--|-------|---|--|--|--|
| 2018* | 6/21 | 26% | 26% | 43/100 MIL | 2018* | 27% | 64% | 3.385 | 2/21 |
| 2030 | 21/21 | 46% | 0% | ATÉ 10/100 MIL | 2030 | 54% | 100% | 0 | 21/21 |

Nota técnica:

(1) Fonte: Painel de Monitoramento/Casa Fluminense, 2017. *Horizonte 2030: Todos os municípios da RMRJ com Planos Diretores atualizados há menos de 10 anos e revisados com base no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI.*

(2) Fonte: RAIS/MTE, 2016. *Horizonte 2030: Equilibrar a oferta de empregos com a distribuição populacional no território metropolitano do Rio de Janeiro.*

(3) Fonte: Mobilidades/ITDP, com base na PNAD, 2015. *Horizonte 2030: Nenhum residente da metrópole gastando mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho.*

(4) Fonte: ISP, 2017. *Horizonte 2030: Rio inteiro abaixo do nível de homicídios considerado epidêmico pela Organização Mundial de Saúde - OMS.*

Nota técnica:

(5) Fonte: ICMS Verde/CEPERJ, 2017. *Horizonte 2030: Dobrar o percentual de tratamento do esgoto da Região Hidrográfica que é despejado na Baía de Guanabara. (Equivalente à plena utilização das Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs existentes).*

(6) Fonte: Todos pela Educação, 2015. *Horizonte 2030: Todos os jovens de 15-17 anos residentes na RMRJ matriculados no Ensino Médio (Equivalente à progressão da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, 2014).*

(7) Fonte: ISP, 2017. *Horizonte 2030: Acabar com todas as formas de estupro.*

(8) Fonte: Painel de Monitoramento/Casa Fluminense, 2017 com base em Programa Cidades Sustentáveis, 2016. *Horizonte 2030: Todas as prefeituras da RMRJ apresentando Planos de Metas participativos para os seus mandatos.*

* últimos dados públicos disponíveis

MAPA

TERRITORIALIZAÇÃO DE ALGUMAS DAS PROPOSTAS DA AGENDA RIO 2030



(01) Política de 1º emprego e programas de aprendizagem no Distrito Industrial de **Santa Cruz**

(02) Estruturação do desenvolvimento sustentável em **Japeri**

(03) Aprovação do Plano Popular das **Vargens**

(04) Implantação do Parque de **Realengo Verde**

(05) Despoluição, prevenção de inundações e recuperação ambiental da bacia do Rio Sarapuí, **Mesquita**

(06) Aumento da taxa de elucidação de crimes na Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense, **Belford Roxo**

(07) Geração de novas oportunidades em **Jardim Gramacho**

(08) Ampliação da oferta de vagas no ensino médio e redução da evasão escolar na **Pavuna**

(09) Choque de saneamento básico em todas as **favelas do Rio**

(10) Recuperação viária, social, econômica e ambiental da Avenida Brasil, **Zona da Leopoldina**

(11) Habitação de interesse social na **Região Portuária da capital**

(12) Governança para recuperação da **Baía de Guanabara**

(13) Linhas de Barcas para **São Gonçalo, Duque de Caxias e Ilha do Governador**

(14) Finalização das obras do PSAM em **Alcântara, São Gonçalo**

(15) Substituição das Marias Fumaças por VLTs nos ramais **Vila Inhomirim e Guapimirim**

(16) Retomada e conclusão das obras do COMPERJ em **Itaboraí**

(17) Plano de Desenvolvimento Regional Participativo na região da Bacia do Rio Guapiaçu, **Cachoeiras de Macacu**

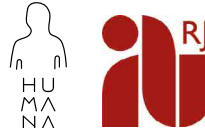
(18) Gestões públicas transparentes e participativas em **toda a metrópole**

PARCEIROS

APOIADORES



COLABORADORES LOCAIS



COLABORADORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO
CASA FLUMINENSE

DESIGN
ARTHURES GARCIA

Imagens:

Pág 04, 05, 10 e 11 | Vista da Baía de Guanabara | Rio de Janeiro | Por Edu Lauton

Pág 12, 13 e 14 | Penha | Rio de Janeiro | Por AF Rodrigues | Favela em Foco

Pág 16, 17 e 18 | Bangu | Rio de Janeiro | Por Léo Lima

Pág 20, 21 e 22 | Avenida Brasil | Rio de Janeiro | Por Léo Lima

Pág 24, 26 e 27 | Maré | Rio de Janeiro | Por Luiz Baltar | Favela em Foco

Pág 28, 29 e 30 | Gradim | São Gonçalo | Por Léo Lima

Pág 32, 33 e 34 | UERJ - Campus Maracanã | Rio de Janeiro | Por Tânia Rego | Agência Brasil

Pág 36, 37 e 38 | Vila Operária | Duque de Caxias | Por Af Rodrigues | Favela Em Foco

Pág 40, 41 e 42 | Centro | Rio de Janeiro | Por Fabio Caffé | Favela em Foco

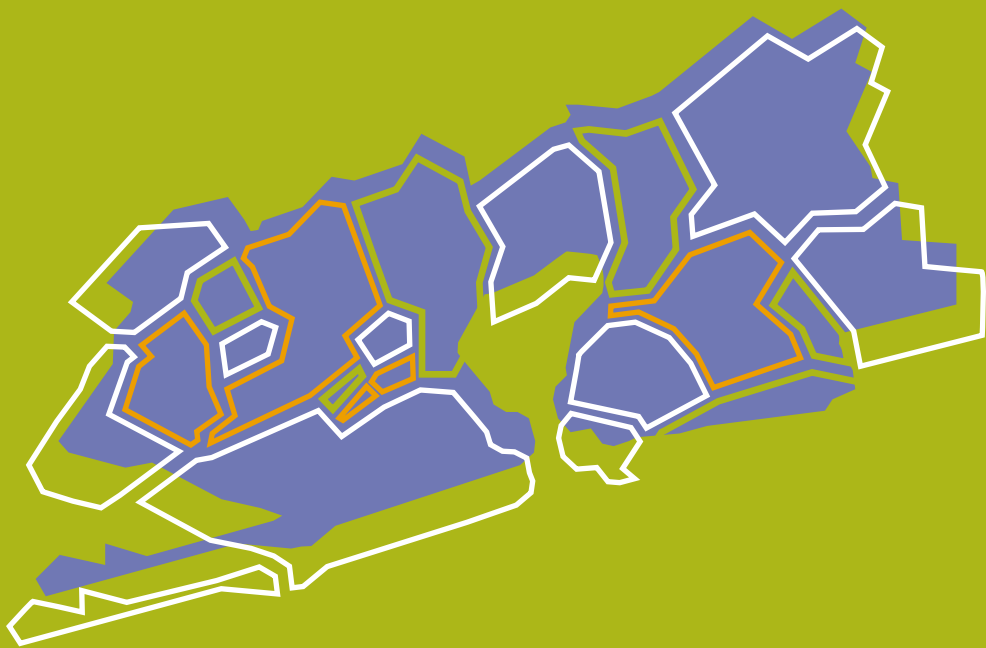
Agradecemos especialmente aos 178 doadores da campanha de financiamento coletivo do Rio por Inteiro:

Adauri Chagas Souza
Adauto Modesto Junior
Adriana Cestari
Agustin Serrano de Haro
Alex Magalhães
Alexandre C. S. de Araujo
Alexandre Rodrigues Alves
Aline Borges
Aline Resende Araujo
Alzira Valeria
Amália Castro Dias
Amanda de Albuquerque
Ana Carolina Lourenço
Ana Claudia da Cunha
Ana Claudia Souza
Ana Laura Becker Aguiar
Ana Luiza Melo Aranha
Ana Paula Pinto de Souza
Ana Toni
Anabela Paiva
Anderson Oriente
André Farias Cavaco
André Jeanrenaud
André Previato
Antonio Carlos Velloso de Mello
Antônio Oscar Vieira
Armando Antenore
Barbara Duvivier
Bernardo Serra
Bianca Polotto Cambiaghi
Bruna Ayres
Bruno Brandão
Caio Lo Bianco
Carla Teixeira Panisset
Carlos Henrique Santos
Carolina Morais Araújo
Charles Gomes
CIEDS
Clair de Carvalho Pessanha
Clara Ferraz
Clarisse Cunha Linke
Claudio Amaral Azzi
Cláudio Frare Crispim
Confluência Desenvolvimento Humano
Constanza Alvarez-Gortari
Damian Platt
Daniel Becker
Daniel Duque
Daniel Salvetti
Debora Pio
Denise Castro Dias Mihessen
Douglas Almeida
Dudu de Morro Agudo
Dulce Orofino
Ecio Salles
Eduarda La Rocque

Eduardo dos Santos Melo
Eleonora Dobles
Eliana Gesteira da Silva
Eliane Birman
Elisabeth Monteiro
Eloisa Elena Torres
Entrenós Planejamento Estratégico
Erik Dana
Fabro Steibel
Felipe Siqueira
Francisco Jorge Santos
Gabriel de Faro
Gabriel Marmentini
Gabriela Yamaguchi
Gilberto Vieira
Glória Moog
Graciela Hopstein
Guilherme de Oliveira Santos
Guilherme France
Guilherme Giufrida
Guilherme Karakida
Guilherme Pimentel
Guilherme Tampieri
Haroldo Dartagnan
Haroldo Rufino da Silva Filho
Henrique Silveira
Iaci Menezes Penteado
Ignacio Álvarez-Gortari
Igor Pantoja
Ilana Strozenberg
Inês Alvarez-Gortari
Inês Mínguez Tudela
Isabel Veloso
Ivan Sleiman Mihessen
Janaína Sérvio Filippelli
Joana C. M. Monteiro
João Antonio de Souza e Silva
João Almeida
João Roberto Maia da Cruz
Jorge Fernando S. de Souza
José Fernando Silva de Souza
José Manuel Chicot
José Marcelo Zacchi
Julia Michaels
Larissa Cunha
Lavinia Hollanda
Leila Sleiman Mihessen
Leonardo Adler
Leonardo Taveira
Letícia Bortolon
Luanne Castro Araujo
Luciano Frontelle
Luciano Vidal
Luís Araujo
Luís Fernando Valverde
Luisa Fenizola
Luiz Leite
Luiz Ricardo V. G. da Rocha
Luna Arouca
Magaly Pinheiro Henriques
Manuel Camillo Osorio

Marcela Bronstein
Marcelo Cintra Do Amaral
Márcia Maria Lima Borja
Marcos Salles
Maria Christina F. Carneiro
Maria Isabel Couto
Maria Isabel de V. P. Tostes
Maria Natalia Santos
Mariana Barsted
Mariana Feniman
Mariana Gesteira Silva
Marília Coelho Sampaio
Michael Mohallem
Milagros Álvarez-Gortari
Milena Fernandes
Mônica Ribeiro Freire
Paulo de Renzio
Patrícia G. de Andrade
Paula Alexandra Nazareth
Paula da Franca Freitas
Paulo Cesar R. Carrano
Paulo Loliola
Pedro Lobão Pegurier
Pedro Raupp
Pedro Strozenberg
Pedro Torres
Priscila Grimberg
Priscila Oliveira
Quiprocó Filmes
Rafaela Marques
Raquel Willadino
Renan Ferreirinha
Renata Dalaqua
Ricardo Henriques
Roberto P. Gevaerd
Rodrigo Fiães
Rogéria Freitas Souza
Roxanne Le Failler
Rupert Brodersen
Sarah Borges Luna
Shana Santos
Sônia Maria Monteiro
Suely Broxado Oliveira
Taiana Trajano
Tamara Rothstein
Tania Lizeth H. Garcia
Taty Maria
Téo Benjamin
Teresa Cristina Fazolo
Teresa Guilhon Barros
Theresa Williamson
Ully Sant'Anna Ribeiro
Valeria Pero
Veronica Tomsic
Veruska Delfino
Vinicius Longo
Vinicius Paes Martins
Vitor Henrique Pinto Ido
Vitor Mihessen
Wolfram Lange
Yasmin Monteiro

AGENDA RIO 2030



CASA
FLUMINENSE

Rio
por
Inteiro
+ oportunidades
- desigualdades